

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Ref.: Processo Licitatório nº 065/2023  
Pregão Presencial nº 021/2023**

**3 S COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.596.414/0001-60, com sede na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 1981, gleba 01, bairro Zacarias, na cidade de Caratinga/MG, e-mail: [comercial3sltda@hotmail.com](mailto:comercial3sltda@hotmail.com), neste ato representada por seu representante legal infrafirmado, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520/02 c/c Título X do Edital, apresentar a presente **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentando por **MARCONE DE SOUZA NASCIMENTO**, inscrito no CNPJ nº 08.609.406/0001-33, nos autos do processo em epígrafe, aduzindo para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE**

É tempestivo a presente Contrarrrazões, tendo em vista que a declaração de vencedor ocorreu no dia **17/04/2023**, com as razões do recurso sendo apresentada no dia **20/04/2023**, perfazendo, portanto, o dia **26/04/2023** como data final para a apresentação da presente peça, conforme preconiza o inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520/02 c/c Título X do Instrumento Convocatório, motivo pelo qual requer seja acolhida e apreciada, por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade.

## **II. DOS FATOS SUBJACENTES**

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade pregão presencial, com fundamento na Lei 8.666, de 1993, tombado sob o nº 021/2023, do tipo menor preço por item, e que tem por objeto o "*Registro de Preços para eventual Aquisição de gêneros alimentícios para a Rede Municipal de Ensino*", sendo a Contrarrrazoante legítima participante e empresa de pequeno porte especializada no ramo empresarial objeto deste certame.

Em decorrência de sua participação no certame, após encerrada a etapa de negociação, a Contrarrrazoante sagrou-se vencedora de diversos itens, dentre eles os **itens nº 56, 57, 58, 59, 75, 76, 77 e 78.**

Em apertada síntese, a Recorrente alega que a Contrarrazoante obteve vantagem indevida na licitação, pelo fato de sua Proposta ter sido classificada pela Administração no tocante aos itens nº 56, 57, 58, 59, 75, 76, 77 e 78 e que porquanto, a competitividade do certame restou prejudicada, pois alega que a Contrarrazoante não possui objeto compatível com o fornecimento de carne e derivados, justificando tal fato de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Destarte, pede a reconsideração da decisão do Pregoeiro, requerendo a inabilitação e desclassificação da Proposta da Contrarrazoante e o retorno à fase de lances.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela Recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente.

### III. DO MÉRITO

Primeiramente, é bem verdade que as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, e neste sentido, temos que Lei nº 8.666/93 dispõe em seu art. 22, § 9º, que a empresa comprove habilitação compatível com o objeto da licitação, compreendendo todos os requisitos de habilitação dos arts. 27 a 31, sem, contudo, exigir que o documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação.

Em outras palavras, não cabe exigir das empresas licitantes uma **correspondência literal** entre o objeto social e o objeto descrito no edital, tendo sido o assunto inclusive, tema de recente inovação legislativa, advinda do preceito do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica limitam-se "*à comprovação de existência jurídica da pessoa*", vejamos:

*Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.*

Ou seja, inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são **compatíveis, de maneira geral**, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em **ramos completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no Edital, o que não é o caso.

Neste sentido, não tem sido outro o entendimento geral e consensual das cortes de contas, da doutrina e da jurisprudência pátria, senão, vejamos o entendimento pacífico do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

*É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade.** (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara) (g. n.)*

*Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, **basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado**, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara) (g. n.)*

*Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja **expressamente** prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são **compatíveis, de maneira geral**, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara) (g. n.)*

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, deliberou que "só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação" (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário), e que "o objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a **empresa o faz de forma regular**". (Acórdão nº 642/2014 – Plenário)

Ademais, não se deve impedir uma empresa de participar do certame com base exclusivamente na CNAE cadastrado junto à Receita Federal e tampouco inabilitá-la ou desclassificar sua proposta, pois isso traria uma **indevida interferência à autonomia federativa**, que por sua vez, não possui guarida em nossa Constituição.

A CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é uma forma utilizada pela Receita Federal para padronizar os códigos de atividade econômica no país com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias.

A exigência de um código CNAE específico para fins de participação na licitação, limitaria o caráter competitivo do certame, impedindo a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e porquanto, ferindo os princípios que norteiam a licitação pública, o que configuraria grave irregularidade.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União, em referência aos ensinamentos de Marçal Justen Filho (*Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos*. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553), posicionou o seguinte:

*Se uma empresa apresenta **experiência adequada** e suficiente para o desempenho de certa atividade, **não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social** a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal.*” (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara) (g. n.)

Ainda segundo o Tribunal de Contas da União, “*é certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém **em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro***” (Acórdão nº 1203/2011 - Plenário).

Nesse sentido ainda, cabe destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr (*Licitação Pública e Contrato Administrativo*. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.):

*(...) a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, **não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação.*** (...) (g. n.)

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

Neste sentido, o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular **atua na área do objeto licitado**. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência, o qual o que deve ser avaliado pela comissão licitante é se o particular atua na área do objeto licitado.



No presente caso verifica-se que **a Contrarrazoante é empresa atuante no ramo de fornecimento de produtos alimentícios em geral** e que, pela própria natureza da atividade, fornece também **CARNE E DERIVADOS**.

Não obstante, **a Contrarrazoante forneceu carne para o Município de Caratinga** ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços 005/2022 (*vide doc. anexo*), sendo que o objeto foi fornecido de maneira satisfatória e de acordo com as exigências e de prazo e qualidade, não existindo qualquer registro de fatos que desabonem a conduta da empresa neste sentido.

Desta forma, não faz qualquer sentido desclassificar a proposta de uma empresa, que além de ser comprovadamente fornecedora de carnes e derivados, em especial para o próprio Município de Caratinga, possui em seu objeto social a designação compatível com o objeto da licitação (*comercio varejista de produtos alimentícios*). Decidir de outra forma, é ir muito além do formalismo exacerbado.

A Contrarrazoante além disso, é **habitual fornecedora de gêneros alimentícios para outros órgãos integrantes da administração pública**, tendo inclusive diversos contratos vigentes, o que pode em último caso, ainda ser objeto de diligência pela Administração, de modo a aferir a real atuação da Contrarrazoante no mercado.

Portanto, foi acertada a decisão do douto Pregoeiro em classificar a proposta da Contrarrazoante, visto que é empresa atuante no ramo de fornecimento de gêneros alimentícios, sendo em especial, habitual fornecedora de gêneros alimentícios para a administração pública.

Assim sendo, base no princípio da congruência, da motivação administrativa, da ampla concorrência e na verdade real dos fatos, pugna-se pela manutenção da decisão recorrida, com a consequente manutenção da Proposta da Contrarrazoante para os itens nº 56, 57, 58, 59, 75, 76, 77 e 78 no certame.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Conforme fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, requer-se de Vossa Senhoria que:

- i. a peça recursal da Recorrente seja conhecida para, no mérito, ser **INDEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;
- ii. seja **MANTIDA A DECISÃO** do douto Pregoeiro que classificou a Proposta do Contrarrazoante para os itens nº 56, 57, 58, 59, 75, 76, 77 e 78;

- iii. **ALTERNATIVAMENTE**, caso o douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, requeremos que, com fulcro no art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Caratinga (MG), 25 de abril de 2023.

**LUIS HENRIQUE SOARES BARBARA**

Sócio Administrador  
3 S COMERCIAL LTDA

